

Município e poder político no Brasil contemporâneo: entrevista com Maria Teresa Miceli Kerbauy

Thaís Cavalcante Martins¹
ORCID: 0000-0003-4595-1849

Resumo: A entrevista apresenta a trajetória intelectual de Maria Teresa Miceli Kerbauy e sua contribuição decisiva para a consolidação dos estudos sobre poder local e política municipal na Ciência Política brasileira. Em um campo historicamente orientado pela centralidade atribuída à política nacional, sua produção deslocou o foco analítico para o município como espaço fundamental de organização do poder, da representação política e das disputas eleitorais. Ao longo da entrevista, são discutidos temas como elites políticas locais, partidos, recrutamento de candidaturas, comportamento eleitoral, juventude, políticas públicas e transformações recentes da política municipal. O texto evidencia a importância de abordagens sensíveis à diversidade territorial e às dinâmicas locais, mostrando como o município constitui dimensão central para compreender a política brasileira e os desafios contemporâneos da democracia.

245

Palavras-chave: poder local; política municipal; elites políticas; eleições municipais.

¹ Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Atualmente é pesquisadora associada do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (SoU_Ciência), Unifesp. thais.cavalcante@unifesp.br. <http://lattes.cnpq.br/5764763788709997>.

Abstract: The interview presents the intellectual trajectory of Maria Teresa Miceli Kerbaux and her decisive contribution to the consolidation of a scholarship on local power relations and municipal politics in Brazilian Political Science. In a field historically oriented by the centrality attributed to national politics, her work shifted the analytical focus toward the municipality as a fundamental space for the organization of power, political representation, and electoral competition. Throughout the interview, topics such as local political elites, political parties, the recruitment of potential candidates, electoral behavior, youth, public policies, and recent transformations in municipal politics are discussed. The text highlights the importance of approaches attentive to territorial diversity and local dynamics, showing how the municipality constitutes a central dimension for understanding Brazilian politics and the contemporary challenges of democracy.

246

Keywords: local power; municipal politics; political elites; municipal elections.

Resumen: Esta entrevista presenta la trayectoria intelectual de Maria Teresa Miceli Kerbauy y su contribución decisiva a la consolidación de los estudios sobre poder local y política municipal en la Ciencia Política Brasileña. En un campo históricamente orientado hacia la centralidad atribuida a la política nacional, su trabajo desplazó el foco analítico hacia el municipio como espacio fundamental para la organización del poder, la representación política y las disputas electorales. A lo largo de la entrevista, se abordan temas como las élites políticas locales, los partidos, la captación de candidatos, el comportamiento electoral, la juventud, las políticas públicas y las recientes transformaciones en la política municipal. El texto subraya la importancia de los enfoques sensibles a la diversidad territorial y las dinámicas locales, mostrando cómo el municipio constituye una dimensión central para comprender la política brasileña y los desafíos contemporáneos de la democracia.

247

Palabras clave: poder local; política municipal; élites políticas; elecciones municipales.

Introdução

Os estudos sobre poder local e política municipal ocuparam, por longo período, uma posição secundária no campo da Ciência Política brasileira. O município foi frequentemente tratado como instância administrativa de execução, como recorte empírico circunscrito ou como espaço cuja dinâmica política seria explicada a partir de processos definidos em outros níveis do sistema político. Essa posição marginal refletiu uma tradição analítica marcada pela predominância de abordagens voltadas ao Estado nacional, aos sistemas partidários, ao comportamento eleitoral em larga escala e às instituições políticas nacionais, em geral ancoradas em modelos teóricos pouco sensíveis às variações territoriais que caracterizam a realidade brasileira.

A trajetória intelectual de Maria Teresa Miceli Kerbauy se construiu em contraste com essa hierarquização implícita dos objetos de investigação que marcou, por longo período, a Ciência Política no Brasil. Desde seus primeiros trabalhos, a autora assumiu como eixo central de pesquisa a política municipal, não como um recorte empírico restrito, mas como um espaço fundamental para a compreensão do funcionamento do poder político, das formas de representação e das dinâmicas eleitorais no país. Ao longo de sua produção, Kerbauy contribuiu decisivamente para deslocar o olhar da disciplina, evidenciando que a política se organiza, em grande medida, a partir de relações territorializadas, mediadas por atores locais, redes institucionais e arranjos específicos de poder.

A centralidade do município, tal como formulada por Kerbauy, resulta de um percurso analítico construído a partir de investigações empíricas sistemáticas sobre eleições municipais, elites políticas locais, partidos, políticas públicas e trajetórias políticas no interior do país. Esses estudos demonstram que compreender a política brasileira exige atenção às dinâmicas locais que sustentam, condicionam e, muitas vezes, redefinem os processos políticos em escala mais ampla. O município emerge, assim, como espaço central para observar a articulação entre estruturas institucionais, redes de poder e práticas políticas que conformam o sistema político brasileiro.

Essa contribuição ganha especial relevância quando situada no contexto das transformações institucionais associadas à Constituição de 1988. Ao redefinir o estatuto político dos municípios e ampliar suas competências, responsabilidade

des e recursos, o novo arranjo federativo alterou de maneira substantiva o lugar da política municipal no desenho institucional do país. A trajetória de Maria Teresa Miceli Kerbaudy foi fundamental para preencher a lacuna analítica que se abriu a partir dessas transformações, ao direcionar a análise para a forma como esse arranjo se materializava em dinâmicas locais de poder, em processos eleitorais específicos e em formas particulares de organização das elites políticas.

Ao longo de sua carreira, Kerbaudy também desempenhou papel central na consolidação de uma agenda de pesquisa sobre política municipal caracterizada pela recusa de generalizações apressadas e pela valorização da diversidade territorial brasileira. Seus trabalhos mostram que não há um padrão único de política local, mas múltiplas configurações moldadas por trajetórias históricas, estruturas econômicas, processos de urbanização, redes institucionais e culturas políticas distintas. Essa perspectiva comparativa e empiricamente informada contribuiu para qualificar o debate sobre poder local, afastando-o tanto de leituras normativas idealizadas quanto de interpretações reducionistas baseadas exclusivamente em personalismo ou clientelismo.

A entrevista que se segue insere-se nesse esforço de valorização e reflexão crítica sobre a política municipal como campo indispensável da Ciência Política. Ao revisitar a trajetória intelectual de Maria Teresa Miceli Kerbaudy e discutir temas como elites políticas, partidos, comportamento eleitoral, juventude, políticas públicas e transformações recentes da política local, o texto oferece não apenas um testemunho acadêmico, mas também uma chave interpretativa para compreender a consolidação dessa agenda de pesquisa no Brasil. Mais do que um relato de percurso individual, trata-se de uma afirmação sobre a relevância do município e de seus atores para a compreensão da política brasileira, bem como sobre o papel decisivo desempenhado por essa trajetória intelectual na afirmação do poder local como dimensão central da análise política.

Thaís Cavalcante Martins: Para começar, gostaria que você falasse sobre a sua trajetória intelectual e sobre a escolha do seu objeto de pesquisa. Você é reconhecida como uma das pioneiras na análise sistemática dos municípios brasileiros. Como se deu a sua aproximação inicial com esse objeto e de que maneira essa escolha foi se consolidando ao longo da sua trajetória acadêmica?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Eu trabalho com esse tema desde a graduação. Na época, eu cursava Ciências Sociais, ainda não existia a Ciência Política como área autônoma. A política aparecia apenas no terceiro e no quarto ano do curso. Desde o terceiro ano, fui monitora da professora Fanny Tabak e passei a trabalhar com a temática do poder local. A partir disso, começamos a desenvolver pesquisas sobre eleições locais e produzimos quatro publicações chamadas Cadernos de Política. Desde a graduação, portanto, trabalho com esse tema que, diga-se de passagem, não era considerado central na universidade. Especialmente em São Paulo, na USP, a questão municipal era vista como um tema menor, que não dialogava com as teorias de médio alcance, sobretudo as de tradição

norte-americana, que tinham pouca inserção no Brasil naquele momento.

No mestrado, continuei trabalhando com poder local. Iniciei o mestrado na USP e o finalizei na PUC de São Paulo, no grupo do Bolívar Lamounier. O estudo de caso de Araraquara fez parte do survey de 1982, aplicado pelo IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo). Na dissertação de Mestrado, o tema foi coronelismo e populismo, um estudo de caso sobre São Carlos/SP. No doutorado, o tema foi “A morte dos coronéis: política interiorana e poder local”, ampliando o recorte para um conjunto maior de municípios médios do interior do estado de São Paulo, que depois se transformou num livro.

Thaís Cavalcante Martins: E como esse percurso inicial foi se consolidando ao longo da sua carreira acadêmica?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Houve muitas resistências ao tema. Ainda assim, sempre considerei que a minha experiência pessoal, por morar no interior de São Paulo e por vir de uma família que discutia política local mesmo sem participação direta na política institucional, foi decisiva. Eu sou natural de São Carlos e acompanhava de

perto os debates sobre a prefeitura e o processo eleitoral. Isso me motivou a continuar pesquisando os municípios e a insistir na importância do nível local para compreender a organização do poder e das eleições municipais.

Esse percurso se consolida, em grande medida, com a Constituição de 1988, quando os municípios passam a integrar formalmente a federação. Ainda que isso não tenha sido imediatamente reconhecido pela academia, a partir de 1988 o município ganha um novo estatuto institucional. Considero que esse momento foi decisivo para a consolidação da minha trajetória como pesquisadora do poder local e das eleições municipais.

Thaís Cavalcante Martins: Gostaria que você falasse sobre os aspectos centrais para compreender a conformação das elites políticas nos municípios. Em que medida trajetórias pessoais, vínculos familiares, inserção econômica e controle de recursos locais ajudam a estruturar o poder político municipal?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Para pensar as elites políticas locais e entender como elas se organizam, se estruturam e se consolidam politicamente, é necessário partir de um ponto básico: não existe um padrão único no Brasil.

A formação de elites é atravessada por diferenças regionais e por trajetórias históricas distintas. Se você olha para São Paulo, você encontra uma configuração; se olha para o Nordeste, para o Norte ou para o Centro-Oeste, encontra outra. Mesmo dentro de uma mesma região há variações importantes entre municípios pequenos, médios e grandes, e entre áreas mais dinâmicas economicamente e áreas mais dependentes de transferências públicas.

Quando se fala em vínculos familiares, por exemplo, é preciso ter muito cuidado para não transformar essa dimensão em explicação universal. Há estados e contextos em que a reprodução familiar do poder político é muito evidente, com dinastias locais e continuidade geracional. Em São Paulo, esse mecanismo existe, mas não me parece predominante como regra geral. Você pode observar famílias políticas em determinados municípios, sobretudo menores, mas a conformação das elites paulistas, no conjunto, tende a ser mais heterogênea. Isso exige que a análise seja empírica e comparativa, evitando generalizações a partir de um ou outro caso emblemático.

Outro ponto central é que elites locais não se definem apenas por sobrenome ou patrimônio, mas por trajetórias

e por capacidades de articulação. Inserção em organizações locais, acesso a redes institucionais, circulação em associações, sindicatos, igrejas, entidades empresariais e vínculos com burocracias municipais e estaduais também estruturam o poder. Em muitos municípios, a elite política se forma na interseção entre recursos econômicos, recursos institucionais e recursos simbólicos, e essa composição varia conforme o contexto.

Thaís Cavalcante Martins: Falando mais especificamente do estado de São Paulo, o que ajuda a explicar essa conformação das elites que não se baseia predominantemente em vínculos familiares?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: No caso de São Paulo, trabalho com a hipótese de que processos históricos de longa duração ajudam a explicar a diversificação das elites. Há uma combinação de urbanização relativamente precoce, transformações demográficas e uma interiorização do desenvolvimento que cria bases sociais e institucionais mais amplas para o recrutamento político. O estado passou por uma inversão rural-urbana antes de muitos outros estados, e isso altera a organização social, os circuitos econô-

micos e, por consequência, os padrões de representação política.

Além disso, existe uma dimensão institucional importante. Políticas públicas, expansão de infraestrutura e a formação de quadros técnicos e profissionais no interior produziram efeitos acumulativos. A ampliação de universidades, institutos, serviços e equipamentos públicos no interior tende a criar novas elites locais, com trajetórias vinculadas a setores profissionais e administrativos, e não apenas à tradição patrimonial. Isso não elimina a influência econômica e as redes familiares, mas amplia o repertório de trajetórias possíveis para o acesso à política municipal.

Também considero relevante observar como políticas públicas específicas, quando implementadas territorialmente, interferem na percepção do eleitor e na estrutura do poder local. Em muitos casos, o que aparece como “força pessoal” de um ator local está conectado a circuitos mais amplos, de recursos a políticas implementadas e a redes de intermediação. Em termos analíticos, isso desloca a explicação da elite como “família” para a elite como “arranjo”: uma composição variável de capitais e redes que se estabiliza em determinados contextos.

Thaís Cavalcante Martins: E, nesse processo, qual é o papel dos partidos nos municípios, considerando a fragmentação partidária e a personalização da política? Em que contextos eles ainda organizam candidaturas, alianças e disputas, e em quais tendem a assumir um papel mais instrumental?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Hoje, a identificação partidária é baixa, e isso aparece de forma consistente nas pesquisas. Mesmo partidos que tiveram, historicamente, maior identificação, como o PT, enfrentam uma redução desse vínculo. Nos municípios, sobretudo nos menores, a relação do eleitor tende a ser muito mais com o candidato do que com o partido. A política se organiza por proximidade, por conhecimento direto, por mediações territoriais e por reputação local, mais do que por identidade programática.

Isso não significa que o partido seja irrelevante. Ele segue sendo uma peça institucional fundamental porque organiza a oferta de candidaturas, define regras internas de seleção e opera como estrutura de acesso a recursos, tempo de propaganda e, principalmente, financiamento. Em muitas situações, o partido aparece menos como instância de socialização política e mais como instrumento de viabilização eleitoral.

E as mudanças institucionais recentes, como a cláusula de barreira e as federações partidárias, tendem a alterar ainda mais esse cenário, reconfigurando alianças e reduzindo o espaço para siglas muito pequenas, ao mesmo tempo em que produzem novas formas de coordenação partidária.

É importante olhar também para a competitividade local. Em municípios com baixa competição, com candidato único ao Executivo ou com disputas muito previsíveis, a função organizativa do partido se reduz, e a dinâmica passa a se concentrar em acordos locais, em coalizões pragmáticas e em estratégias de manutenção de poder.

Thaís Cavalcante Martins: E, pensando no recrutamento de candidatos, quais variáveis você considera mais relevantes para compreender quem se torna candidato nas eleições municipais, especialmente na relação entre capital político, inserção social e vínculos territoriais?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: O recrutamento municipal ocorre, em grande medida, a partir de trajetórias já construídas no território. Para o Legislativo, por exemplo, o sistema proporcional permite a entrada de lideranças comunitárias, dirigentes de

associações, pessoas com atuação em bairros, e também militantes partidários que circulam nas estruturas locais. Em municípios maiores, a dimensão territorial pode se manifestar de forma muito concreta, por bairros ou regiões, e o candidato se firma como mediador de demandas, como alguém que “resolve” problemas e constrói capital político pela intermediação.

As direções partidárias locais são decisivas nesse processo. Elas definem quem será candidato, como se montam chapas e como se distribuem recursos. E há, ainda, um componente institucional relevante: as exigências legais relacionadas a gênero e raça e a forma como elas se conectam ao financiamento de campanha. Esses mecanismos criam incentivos e afetam a composição das chapas, embora nem sempre se traduzam em competitividade real para todas as candidaturas. Esse é um tema que precisa ser analisado com cuidado, porque revela tanto avanços institucionais quanto limites práticos na implementação.

Em síntese, para entender recrutamento e elites locais, é preciso olhar para a combinação entre trajetórias individuais, estruturas partidárias, redes territoriais e acesso a recursos. O município é um espaço onde a política se

organiza por relações muito concretas, e isso exige instrumentos analíticos que deem conta dessa materialidade.

Thaís Cavalcante Martins: Gostaria de retomar a questão do comportamento do eleitorado. Você já falou sobre identidade partidária, mas gostaria que você avaliasse o peso relativo de outros fatores, como proximidade com os candidatos, avaliação da gestão e influências nacionais nas escolhas eleitorais em municípios de diferentes portes.

Maria Teresa Miceli Kerbauy: A última eleição mostrou de forma bastante clara que as disputas nacionais não necessariamente orientam as escolhas eleitorais nos municípios. Esse efeito, que muitas vezes é tomado como pressuposto em análises mais gerais, não se confirma de maneira sistemática quando observamos o comportamento do eleitorado no plano local. Há outras variáveis que pesam mais, especialmente a forma como os candidatos se apresentam no território e como dialogam com problemas concretos do município.

No estado de São Paulo, por exemplo, muitas análises superestimaram o peso do interior nas eleições estaduais, desconsiderando a distribuição

do eleitorado e, sobretudo, o impacto de políticas públicas específicas. Investimentos pontuais, a criação de equipamentos públicos ou a abertura de cursos universitários em determinadas cidades tiveram impacto direto na avaliação local dos governos recentes e influenciaram o comportamento do eleitorado de forma mais decisiva do que alinhamentos nacionais abstratos.

Esse conjunto de evidências indica que análises baseadas apenas em dados agregados tendem a produzir interpretações simplificadas. A desagregação territorial e social [dos dados] é fundamental para compreender o comportamento eleitoral de maneira mais precisa, permitindo observar respostas diferenciadas às políticas públicas (?) conforme grupos sociais e territórios.

Thaís Cavalcante Martins: Ou seja, para compreender o comportamento eleitoral, é indispensável trabalhar com dados desagregados.

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Exatamente. Trabalhar apenas com dados agregados dificulta a compreensão das diferenças internas aos grupos sociais e territoriais. Quando se observa o comportamento eleitoral a partir de políticas públicas específicas, percebe-se que os eleitores não respondem de forma

homogênea. Isso vale para políticas de transferência de renda, mas também para políticas de infraestrutura, educação e saúde.

A literatura que trabalha exclusivamente com dados agregados acaba produzindo explicações reducionistas. É necessário avançar para análises que considerem o território, o desenho das políticas e a forma como elas são percebidas e apropriadas no cotidiano dos eleitores.

Thaís Cavalcante Martins: E como você avalia o papel da juventude e das mudanças geracionais nesse contexto?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: A juventude apresenta hoje um perfil muito distinto das gerações anteriores. Trata-se de uma geração que se informa majoritariamente pelas redes sociais, que possui trajetórias profissionais mais instáveis e uma relação diferente com o trabalho, com o Estado e com a política institucional. Isso interfere diretamente tanto na participação política quanto no comportamento eleitoral.

Há diferenças importantes dentro da própria juventude, associadas à idade, à inserção profissional e às experiências sociais. Pesquisas recentes mostram variações ideológicas relevantes entre

jovens que ingressam agora no eleitorado e aqueles que já vivenciaram ciclos anteriores de crise econômica e política. Essas experiências ajudam a explicar comportamentos eleitorais aparentemente contraditórios.

Thaís Cavalcante Martins: E como essas transformações dialogam com as políticas públicas e com a política municipal?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Essas transformações exigem que a academia incorpore a juventude como objeto central de análise. Há poucas políticas públicas estruturadas voltadas especificamente para esse grupo, o que ajuda a explicar parte do distanciamento dos jovens em relação à política institucional. Ao mesmo tempo, mudanças no perfil profissional, como o crescimento do trabalho informal e por plataformas digitais, alteram as expectativas em relação à proteção social, à regulação do trabalho e ao papel do Estado.

Esses fatores precisam ser incorporados às análises sobre política municipal, especialmente quando se discute comportamento eleitoral, participação política e avaliação de políticas públicas. Ignorar essas transformações significa perder a capacidade de compreender

dimensões centrais das dinâmicas eleitorais contemporâneas.

Thaís Cavalcante Martins: Nos últimos ciclos eleitorais, mudanças no sistema partidário, no uso das mídias digitais e na relação entre política local e disputas nacionais parecem ter alterado de maneira significativa a dinâmica das campanhas municipais. Como você avalia esses impactos no nível local?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Há um conjunto amplo de mudanças institucionais que alteraram profundamente a dinâmica das eleições municipais nos últimos anos. O fim das coligações proporcionais, a introdução da cláusula de barreira e a consolidação do fundo eleitoral provocaram um realinhamento do sistema partidário e afetaram diretamente a organização das campanhas, a escolha dos candidatos e a própria lógica da competição eleitoral. A eleição de 2020 funcionou como um verdadeiro laboratório dessas transformações.

Além disso, a redução do tempo de campanha reforçou ainda mais a importância das estratégias de comunicação política. Candidatos que já possuíam visibilidade prévia ou maior capacidade de circulação de mensa-

gens passaram a ter vantagens comparativas. Nesse contexto, o crescimento das redes sociais teve um impacto decisivo, não apenas como instrumento complementar, mas como eixo central da campanha eleitoral. A propaganda política passou a circular de forma intensa nesses meios, alterando profundamente a forma como os eleitores se informam, interagem com os candidatos e constroem suas percepções sobre a política local.

Mais recentemente, a incorporação da inteligência artificial nas campanhas tende a aprofundar essas transformações. A produção de conteúdos digitais se tornou mais sofisticada, com potencial tanto para ampliar a comunicação política quanto para intensificar processos de desinformação, de manipulação de imagens e discursos e de desacreditação das instituições políticas. Trata-se de um desafio novo, cujos efeitos ainda não estão plenamente dimensionados.

Thaís Cavalcante Martins: E como essas transformações se refletem na relação entre política local e disputas nacionais?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Essas transformações não produzem efeitos homogêneos nos municípios. Em al-

guns contextos, a polarização nacional aparece de forma mais evidente e contamina as disputas locais. Em outros, ela é praticamente irrelevante, e as eleições continuam sendo decididas por fatores estritamente locais. Observa-se também um número crescente de municípios com candidato único ao Executivo, o que interfere diretamente na escolha do eleitor e tende a reduzir o grau de competição política.

Esse cenário contribui para o aumento da abstenção eleitoral, que precisa ser levado a sério como fenômeno político. A abstenção não é apenas resultado de desinformação ou desinteresse, mas pode ser compreendida como uma forma de negação da política institucional, sobretudo em contextos nos quais o eleitor percebe pouca possibilidade de escolha efetiva. Apesar do voto ser obrigatório, as sanções são baixas, o que reduz o custo de não comparecimento às urnas.

Thaís Cavalcante Martins: Olhando para o debate atual sobre política municipal no Brasil, quais temas ou abordagens você considera hoje mais relevantes para compreender os processos eleitorais locais?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Um tema central é o financiamento dos

municípios. A dependência do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundeb é estrutural, e muitos municípios simplesmente não se sustentam sem esses recursos. A discussão em torno da reforma tributária torna esse tema ainda mais relevante, pois altera as bases de financiamento e a relação fiscal entre União, estados e municípios.

Outro aspecto fundamental diz respeito à implementação das políticas públicas nos municípios de diferentes portes. A forma como essas políticas são implementadas, a autonomia das burocracias locais e a relação com governos estaduais, com a União e com organizações externas influenciam diretamente a avaliação que o eleitor faz dos governos locais.

Também considero essencial analisar a mudança no perfil da população, tanto do ponto de vista etário quanto profissional. O envelhecimento populacional, as transformações no mercado de trabalho e a expansão de formas precárias e plataformizadas de ocupação, impactam o comportamento eleitoral e a relação dos cidadãos com o Estado e com a política institucional.

Thaís Cavalcante Martins: Para finalizar, diante dessas transformações recentes, quais caminhos você sugeriria às novas gerações de pesquisadores que se dedicam ao estudo da política municipal?

Maria Teresa Miceli Kerbauy: Estamos vivendo um momento de profundas transformações no sistema político e eleitoral brasileiro. É difícil apontar caminhos fechados, mas considero fundamental que a academia olhe com mais cuidado para a política municipal, evitando generalizações baseadas apenas em capitais ou grandes centros urbanos. É necessário compreender a diversidade dos municípios brasileiros e suas especificidades.

Também é importante investir em análises empíricas mais refinadas, com dados desagregados e metodologias capazes de captar a complexidade do comportamento eleitoral e das dinâmicas locais. A política municipal ganhou um protagonismo que não possuía anteriormente, e isso exige novas agendas de pesquisa, novos olhares teóricos e maior atenção ao nível local como espaço central da vida política.